

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1	METODOLOGIA	3
2.	FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	5
3.	ÂMBITO E ENQUADRAMENTO LEGAL	8
4.	ENQUADRAMENTO INTER-MUNICIPAL E REGIONAL	9
5.	ORIENTAÇÕES DE OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	19
6.	SISTEMA INSTITUCIONAL	56
6.2	Servidões administrativas e restrições de utilidade pública	57
	BIBLIOGRAFIA	59

ÍNDICE DE FIGURAS

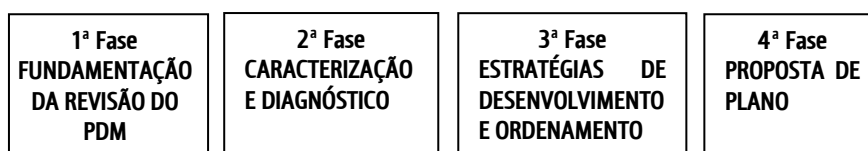
Figura 1 – Localização Geográfica do Médio Tejo	9
Figura 2 – População residente, por município do Médio Tejo	10
Figura 3 – Densidade Populacional	11
Figura 4 – Freguesias do Concelho de Vila Nova da Barquinha	11
Figura 5 – Taxa de Actividade	12
Figura 6 – Taxa de Desemprego	13
Figura 7 – Distribuição da população por sectores de actividade	13
Figura 8 – Rede viária	14
Figura 9 – Rede Ferroviária	15
Figura 10 – Estrutura de Dependência Inter-Concelhia, 2001	16
Figura 11 – Serviços Públicos (muito especializados) por freguesia	17
Figura 12 – Serviços Públicos (especializados e pouco especializados) por freguesia	18
Figura 13 – Deslocações a Hipermercados	19
Figura 14 – Sub-regiões homogéneas do PROF Ribatejo	31
Figura 15 – Área de Intervenção do PROT OVT	37
Figura 16 – Eixos de Desenvolvimento	38
Figura 17 – Região de Polarização Metropolitana	39
Figura 18 – Esquema Global do Modelo Territorial para o PROT OVT	43
Figura 19 – Redes Rodovias e ferroviárias actuais e previstas	50
Figura 20 – Unidades Territoriais	50

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Pretende-se com o presente relatório efectuar o enquadramento de Vila Nova da Barquinha na Região e efectuar uma breve caracterização do Concelho, atendendo às suas características territoriais e à sua divisão administrativa regional e local, constituindo uma introdução que servirá para enquadrar as análises de detalhe dos restantes relatórios que constituem os Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha. Identificam-se também os Planos e Programas que servem de base à definição das estratégias de desenvolvimento do município.

1.1 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da revisão do PDM propõe-se a seguinte metodologia:



1ª Fase: Fundamentação da decisão de rever o PDM - a revisão do plano pressupõe um processo de planeamento em andamento e, por isso, não pode ignorar a prática anterior. Assim, deve ser iniciada com uma avaliação dos resultados alcançados com plano vigente, debruçando-se não só sobre o grau de execução dos elementos estruturantes do modelo de ordenamento, mas sobretudo sobre a sua eficácia, isto é, se os objectivos a que se tinha proposto foram atingidos. A fundamentação da revisão está apoiada nas conclusões extraídas da avaliação e nos objectivos de desenvolvimento ambicionados pelo executivo municipal, pela comunidade local e pelos principais actores que podem ser envolvidos no processo.

2ª Fase: Caracterização e diagnóstico – compreendem a caracterização do sistema territorial, através da apresentação das transformações ocorridas e das tendências instaladas no território no passado recente. O **enquadramento** supra-municipal revela-se fundamental, pelas influências que daí podem advir para o seu desenvolvimento. As orientações de planeamento emanadas de outros **IGT de nível superior**, bem como a calendarização das acções aí previstas, são também pertinentes, enquanto condicionadoras e/ou impulsionadoras das soluções a adoptar. Por isso é indispensável identificar os planos e programas que, a curto e médio prazo, tenham impacte no

desenvolvimento local, tanto económico como social, e nas tendências de transformação do território. A identificação dos principais **actores** mobilizadores das transformações, os seus objectivos, expectativas e estratégias de actuação, recursos disponíveis e/ou mobilizáveis e forma de cooperação entre si, ganham relevância, já que parte da concretização das propostas do plano estão fora da competência municipal, assim como a **reavaliação e aprofundamento dos objectivos** já definidos. O **diagnóstico prospectivo**, apoiado na matriz SWOT por domínios estratégicos, sistematiza, quantifica e espacializa os principais recursos e potencialidades do município bem como as principais disfunções do sistema territorial.

3ª Fase: Estratégias de Desenvolvimento e de Ordenamento - reajustar os objectivos inicialmente formulados, conceber uma visão estratégica para o município e identificar as directrizes de ordenamento. Concepção da visão estratégica, das directrizes de ordenamento e consequentes cenários de desenvolvimento.

4ª Fase: Proposta de Plano - contempla o modelo de organização espacial, a territorialização das políticas municipais, as orientações para a execução e as orientações para a monitorização e avaliação. Uma vez concluída a proposta técnica de plano, é apresentada a discussão pública, havendo lugar à ponderação desta e a incorporação de eventuais alterações que conduzirá, finalmente, à formalização da proposta de plano.

A revisão do PDM encontra-se obrigatoriamente sujeita a **Avaliação Ambiental Estratégica**, uma vez que o PDM abrange a totalidade do território municipal, presumindo-se por isso que a sua implementação produz efeitos significativos no ambiente. Esta avaliação decorre em paralelo com as fases da revisão do PDM, sendo a **identificação do âmbito da avaliação ambiental** elaborado durante a 2ª fase e antes do diagnóstico prospectivo, a **identificação dos efeitos significativos no ambiente e das alternativas que os minimizam** elaborado durante a 3ª fase e antes do desenvolvimento do cenário adoptado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha (PDM) vigente foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, a 9 de Setembro de 1994 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/94, tendo entrado em vigor na data da sua publicação no Diário da República, I Série-B, n.º 264, de 15 de Novembro de 1994.

O actual PDM prevê, como objectivos a atingir no desenvolvimento das suas políticas, a racionalização e programação da expansão urbana; o proporcionar da oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das actividades económicas do concelho; a protecção e ordenação da estrutura verde territorial e urbana; a preservação, recuperação e protecção do património cultural; o estabelecimento das bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas; o fornecimento de indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional e a sua utilização como suporte de enquadramento à elaboração de planos de actividade do município.

No entanto, decorrido este período de tempo, e considerando a análise crítica e de avaliação de eficácia do Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha em vigor, foram elencadas uma série de circunstâncias que sustentam a sua revisão, nomeadamente:

- a **desactualização da base cartográfica;**
- a **desadequação do modelo de desenvolvimento territorial** e a divergência da gestão municipal relativamente a algumas das acções previstas no actual PDM;
- a emergência de **novos Instrumentos de gestão Territorial e de novos enquadramentos legislativos e orientações estratégicas;**
- a sensibilização para a relevância fundamental do âmbito do **Ordenamento do Território na Qualidade de Vida das Populações**, de uma forma sustentada;

- a necessidade de **correção de assimetrias** de desenvolvimento entre as cinco freguesias;
- a necessidade de análise, hierarquização e projecção assertiva e optimizada das **redes de infra-estruturas e equipamentos**;
- a necessidade apontada, de que os **parâmetros normativos urbanísticos** e de intervenção global devem acompanhar a evolução da dinâmica do Território.

O novo PDM de Vila Nova da Barquinha, deverá constituir o documento aglutinador das estratégias globais e programáticas, bem como das acções concretas de intervenção, no sentido de ver resolvidas as questões levantadas e outras que entretanto venham a surgir da fase de análise e diagnóstico concelhio, procedendo por fim a uma redefinição e reavaliação actualizada do zonamento operativo.

Deste modo, a estratégia de desenvolvimento do concelho baseia-se nos seguintes objectivos:

- Valorização dos recursos naturais e patrimoniais do município, principalmente do Rio Tejo associado ao castelo de Almourol e na terciarização.
- Expansão da área empresarial em construção e criação de outras áreas com boa acessibilidade para localização de indústria e armazenagem.
- Realojar as famílias carenciadas, através do Programa PROHABITA.
- Reabilitação urbana dos Centros Históricos para fixar população jovem e promover a dinamização.
- Desenvolvimento do turismo e promoção de alojamentos.
- Controlar a mancha de crescimento urbano e criar medidas para evitar o contínuo proliferar de habitações isoladas e dispersas.
- Privilegiar o fecho da malha urbana e a reabilitação dos Centros Históricos de Barquinha e Tancos, dando particular atenção aos projectos particulares de desenvolvimento municipal (Galaxy Parque e o Parque Almourol).
- Realizar o planeamento das infra-estruturas de forma a acompanhar o desenvolvimento urbanístico proposto.
- Execução de Planos Directores de Esgotos e Águas, cuja gestão é da responsabilidade do município.

- Criação de roteiros turísticos e programas culturais para desenvolver junto das escolas.
- Desenvolver actividades culturais para promover o concelho (musealização do Castelo de Almourol).
- Promover espectáculos e outras actividades culturais para reutilizar os monumentos, nomeadamente as Igrejas.
- Preservar e valorizar os recursos ambientais, assim com a referenciação e caracterização das linhas de água, com vista à sua manutenção em boas condições.
- Criação de corredores verdes em áreas urbano/industriais, de forma a constituir-se uma estrutura ecológica municipal, que incluirá também os espaços verdes, as áreas de RAN e REN e espaços florestais, que serão objecto de Planos de Gestão.

3. ÂMBITO E ENQUADRAMENTO LEGAL

O Plano Director Municipal (PDM), enquanto Instrumento de Gestão Territorial, tem como enquadramento legal o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações entretanto introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e que concretiza as Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto. De acordo com o RJIGT, o plano director municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, e integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal, que tem por base a classificação e a qualificação do solo. No entanto, o Plano Director Municipal, mais do que um instrumento de gestão territorial, deve constituir-se como um instrumento orientador de estratégias de desenvolvimento. Mais do que vincular o crescimento do território a um determinado modelo de ocupação territorial, importa definir objectivos e metas claras e concretizáveis de desenvolvimento.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a revisão do PDM é sujeita a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica com o objectivo de dar cumprimento às directrizes europeias provenientes da Directiva n.º 2001/42/CE para incorporar os valores ambientais no processo de tomada de decisão. A AAE é um processo de acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação, em que os impactes ambientais resultantes das soluções adoptadas são considerados e analisados antes da aprovação do plano. Este processo permite melhorar a qualidade do plano devido à integração da componente ambiental, seguindo estratégias holísticas e transversais que permitam contribuir para a sustentabilidade e desenvolvimento do concelho.

O Plano Director Municipal é o principal instrumento de gestão territorial de nível municipal para o Concelho de Vila Nova da Barquinha e incide sobre todo o território concelhio. Será com base neste instrumento, no quadro do *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo* (PROT-OVT) e do Plano de Acção Estratégica do Médio Tejo, que serão orientadas as estratégias de actuação da autarquia, bem como as condições e propósitos da ocupação do solo municipal.

4. ENQUADRAMENTO INTER-MUNICIPAL E REGIONAL

O município de Vila Nova da Barquinha integra-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II), na sub-região do Médio Tejo (NUT III), na província do Ribatejo, no distrito de Santarém. Situado na margem direita do rio Tejo e do rio Zêzere, é limitado a Norte por Tomar, a Sul pela Chamusca e pela Golegã, a Oeste pelo Entroncamento e Torres Novas e a Este por Constância e Abrantes. A sub-região do Médio Tejo cujos limites territoriais são a Norte o distrito de Coimbra, a Este o distrito de Castelo Branco, a Oeste o distrito de Leiria, a Sul o distrito de Évora, a Sudoeste o Distrito de Lisboa e a Sudeste o Distrito de Portalegre. O Médio Tejo é influenciado pela bacia hidrográfica do Rio que lhe dá o nome “Tejo”. É de realçar a Albufeira de Castelo do Bode, que tem um papel extremamente relevante como origem de água para abastecimento público e aproveitamento hidroeléctrico, criada num dos principais afluentes do Rio Tejo, o Rio Zêzere. No que diz respeito ao domínio hídrico no Médio Tejo, localizam-se ainda as nascentes dos rios Alviela (Alcanena) e Almonda (Torres Novas), também estes afluentes do Rio Tejo.



Figura 1 – Localização Geográfica do Médio Tejo

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

No concelho, residiam em 2001, 7 610 habitantes, representando 3,4% da população do Médio Tejo. Registou-se um aumento da população de cerca de 0,8% relativamente a 1991, situação favorável relativamente aos municípios vizinhos de Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar e Torres Novas, nos quais se verificaram perdas populacionais, mas um crescimento inferior ao registado no concelho de Alcanena e bastante inferior ao registado nos concelhos de Ourém (15%) e Entroncamento (27,8%).

Enquadrando, agora, o concelho de Vila Nova da Barquinha na região de Lisboa e Vale do Tejo, constata-se que o seu crescimento (0,8%) se revela bastante inferior ao desta região (5,4%) e ao verificado na NUT III (2,1%).

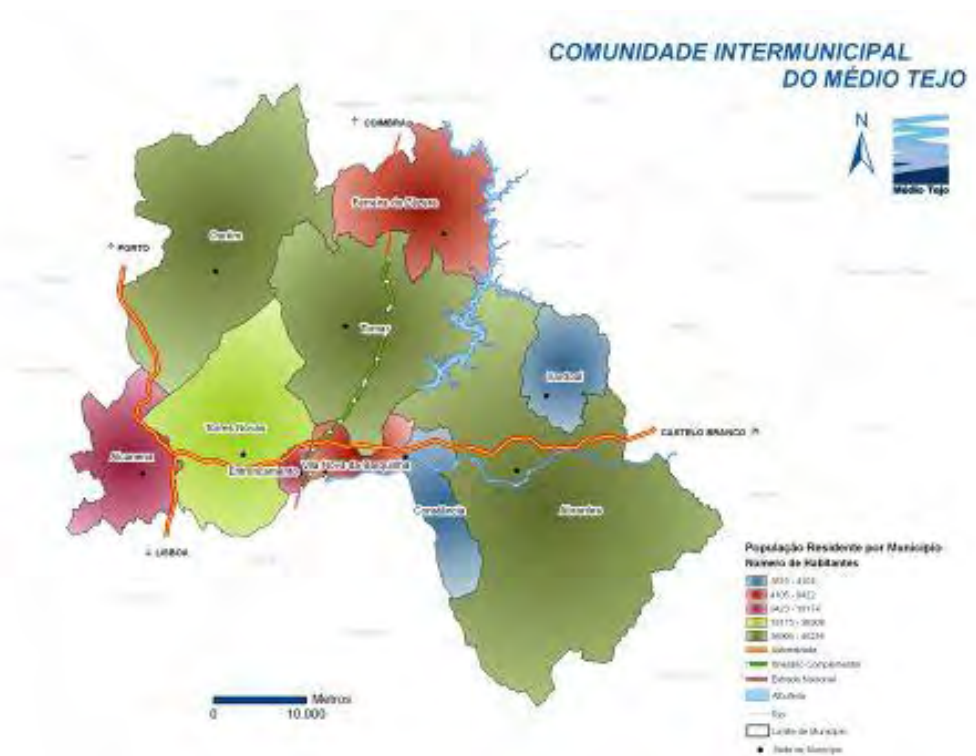


Figura 2 – População residente, por município do Médio Tejo

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

Com uma densidade de 153,4 hab/ Km², regista um valor bastante superior à média registada na sub-região em que se insere (98,04 hab./Km²). Quando comparado com os municípios da sub-região do Médio Tejo, verifica-se que apenas o Entroncamento apresenta uma densidade populacional superior.

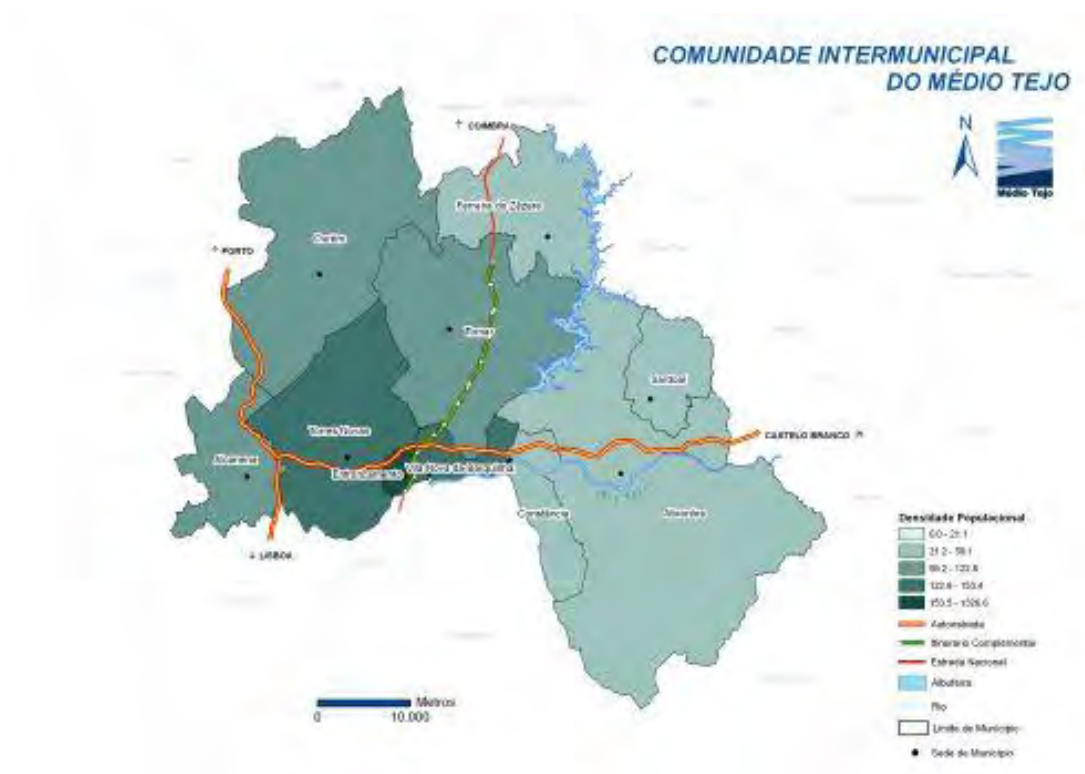


Figura 3 – Densidade Populacional

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

No total, abrange uma área de cerca de 49,8 km² e é constituído por cinco freguesias: Atalaia, Praia do Ribatejo, Tancos, Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte (Figura xx).

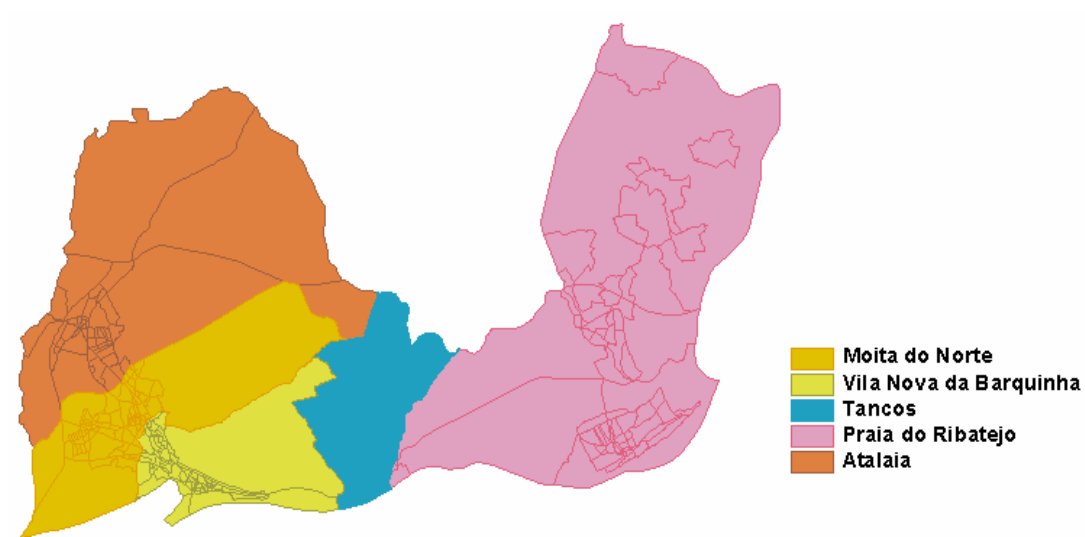


Figura 4 – Limites das freguesias do Concelho de Vila Nova da Barquinha

Fonte: CMVNB, 2006

Enquadramento Social e Económico

Em 1991, a taxa de actividade em Vila Nova da Barquinha, era de 39,59%, ou seja, inferior ao valor médio de Portugal e ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2001, esta taxa aumentou, passando a ser de 43,20% e mantendo-se, ainda, inferior à registada em Portugal (51,8%) e na Região de Lisboa e Vale do Tejo (51,2%).



Figura 5 – Taxa de Actividade

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

Em relação à população economicamente activa, apesar de, em 2001, o concelho de Vila Nova da Barquinha possuir um total de 3.291 indivíduos, a população economicamente activa e empregada, à mesma data, era de 3.029 indivíduos, sendo que 60% destes eram do sexo masculino.

Em termos da taxa de desemprego, o concelho assistiu, no período de 1991 a 2001, a uma diminuição do número de desempregados, passando de um valor de 9,6% em 1991, para 8,0% em 2001. Ainda assim regista tal como Tomar e Abrantes, as taxas de desemprego mais altas da sub-região do Médio Tejo.

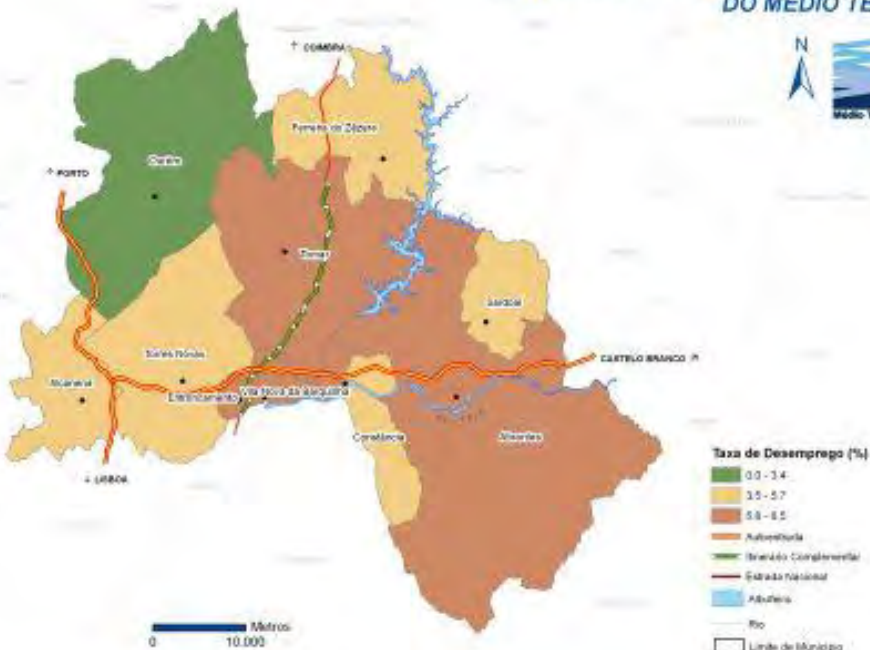


Figura 6 – Taxa de Desemprego

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

Em termos da distribuição da população por sectores de actividade, verifica-se, no período entre 1991 e 2001, uma perda de significado do sector primário, a qual se reflectiu, claramente, num aumento do sector secundário e terciário, acompanhando a tendência nacional registada.



Figura 7 – Distribuição da população por sectores de actividade

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

ENQUADRAMENTO VIÁRIO

Em relação às acessibilidades, o Concelho é atravessado por algumas vias estruturantes de elevada importância, de que são exemplo, a Auto-Estrada n.º 23, a qual faz a ligação a Castelo Branco e Espanha. A localização privilegiada do Concelho, no Centro do País e junto à faixa litoral, onde se situam os principais pólos de desenvolvimento e vias de comunicação nacionais, confere-lhe, à partida, boas condições em termos de acessibilidade rodoviária, nomeadamente devido à proximidade de um dos nós de acesso (nó de Torres Novas) à Auto-Estrada n.º 1, a qual faz a ligação Lisboa-Porto.

Por outro lado, o facto de um dos limites do Concelho (a Sul) ser formado pelo Rio Tejo constitui uma barreira natural ao estabelecimento de ligações com a respectiva margem esquerda, situação que tem reflexos negativos, principalmente ao nível das ligações de carácter local.

Das referidas ligações principais do Concelho à rede viária exterior as duas mais importantes são efectuadas pela EN3, que atravessa o Concelho segundo uma direcção aproximadamente Leste-Oeste e que assegura a maior parte das ligações de nível superior. Outra ligação ao exterior igualmente muito importante é constituída pela EN 110, que se localiza na zona Oeste do Concelho e se dirige para Norte, efectuando ligações de nível nacional – Coimbra, regional – Fátima, Leiria e Sub-região do Pinhal Interior, e local – Tomar.



Figura 8 – Rede viária

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

Relativamente à rede ferroviária, o Concelho é servido por um troço da Linha do Leste, entre o Entroncamento e a Praia do Ribatejo, com cerca de 11,5 km, no qual existem três estações – Barquinha, Almourol e Praia do Ribatejo, e um apeadeiro – Tancos. Este serviço de transporte tem ligação principal à Linha do Norte, no Entroncamento, e também a Abrantes, onde entronca a Linha da Beira Baixa.

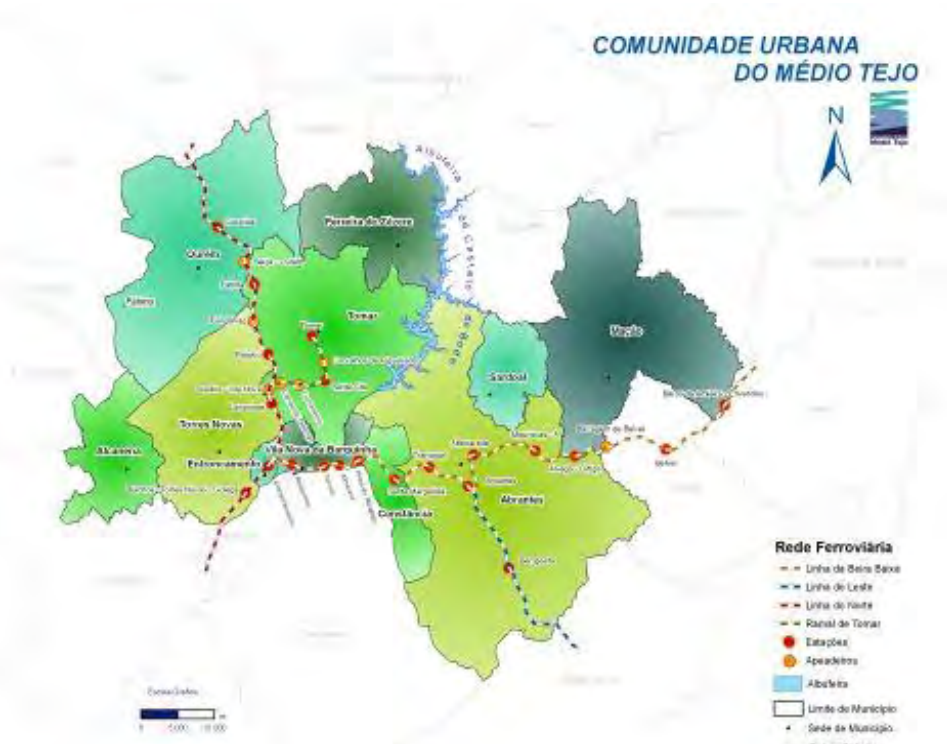


Figura 9 – Rede Ferroviária

Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (www.mediotejodigital.pt)

4.1 ESTRUTURA E INTENSIDADE DAS INTERDEPENDÊNCIAS

Neste ponto apresentam-se as relações inter-municipais que se estabelecem entre o Concelho de Vila Nova da Barquinha e a sua envolvente regional e/ou supra - regional, identificando as principais relações de polarização e/ou dependência que o Concelho tem com o exterior.

O concelho de Vila Nova da Barquinha apresenta um elevado número de pessoas activas que procuram emprego fora do seu local de residência. O ligeiro aumento das deslocações intra concelhias indicia a manutenção da procura de emprego fora da área do Concelho.

No entanto, a variação da relação percentual entre as deslocações intra e inter concelhias, semelhante à que ocorre na região do Médio Tejo, reflecte um

padrão de mobilidade que revela “uma cada vez maior integração funcional entre os territórios regional e um aumento da complexidade das interações”¹.

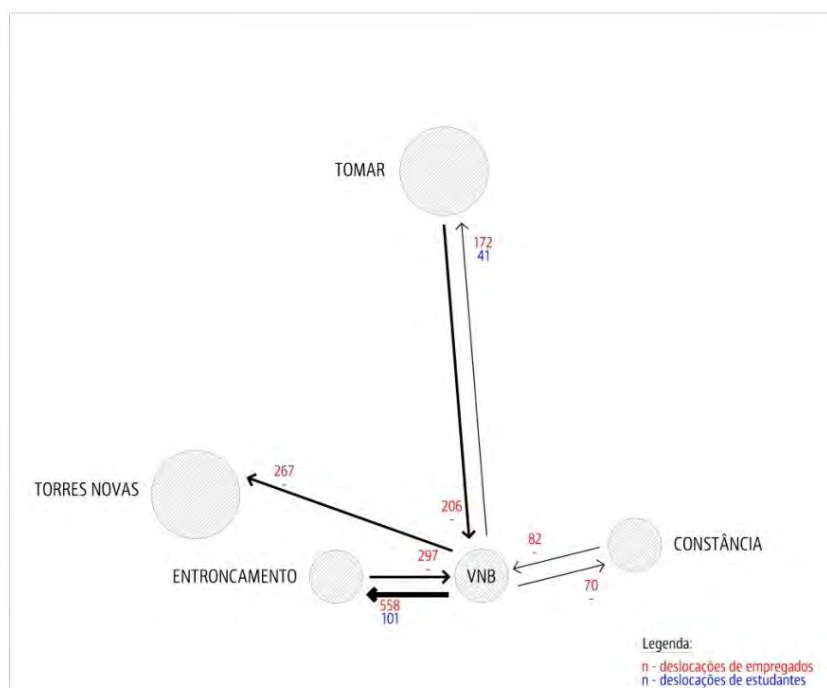


Figura 10 – Estrutura de Dependência Inter-Concelhia, 2001

Fonte: *Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo*

O Concelho de Vila Nova da Barquinha integra-se na área de influência da Unidade Geradora de Emprego (UGE) do Entroncamento e na proximidade da UGE de Constância, sendo a primeira o destino preferencial, quer para a população empregada quer para a estudantil.

Em 2001, o número de deslocamentos de saída do Concelho é semelhante ao das deslocamentos intra-concelhias. De salientar o facto de o Concelho exercer alguma atractividade sobre os Concelhos vizinhos em termos de oferta de emprego (20% das deslocamentos correspondem a entradas) e a capacidade de atracção sobre a população estudantil ser residual (1%).

No que respeita ao acesso a equipamentos, analisou-se a “Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região de Lisboa e Vale do Tejo – CESAP-LVT”, elaborada pelo INE, que resulta de um levantamento à

¹ “Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo”, TIS-PT, Abril de 2004.

escala da freguesia, da rede de equipamentos colectivos que serve a população da região.

Assim, no que respeita ao acesso a Equipamentos Públicos (*Repartição de Finanças, Cartório Notarial, Conservatória do Registo Civil, Conservatória do Registo Predial, Conservatória do Registo Comercial, Tribunal, Posto Policial (PSP, GNR), Corporação de Bombeiros*), verifica-se que Vila Nova da Barquinha (freguesia) possui mais de 7 destes serviços, enquanto as restantes freguesias não possuem qualquer serviço.

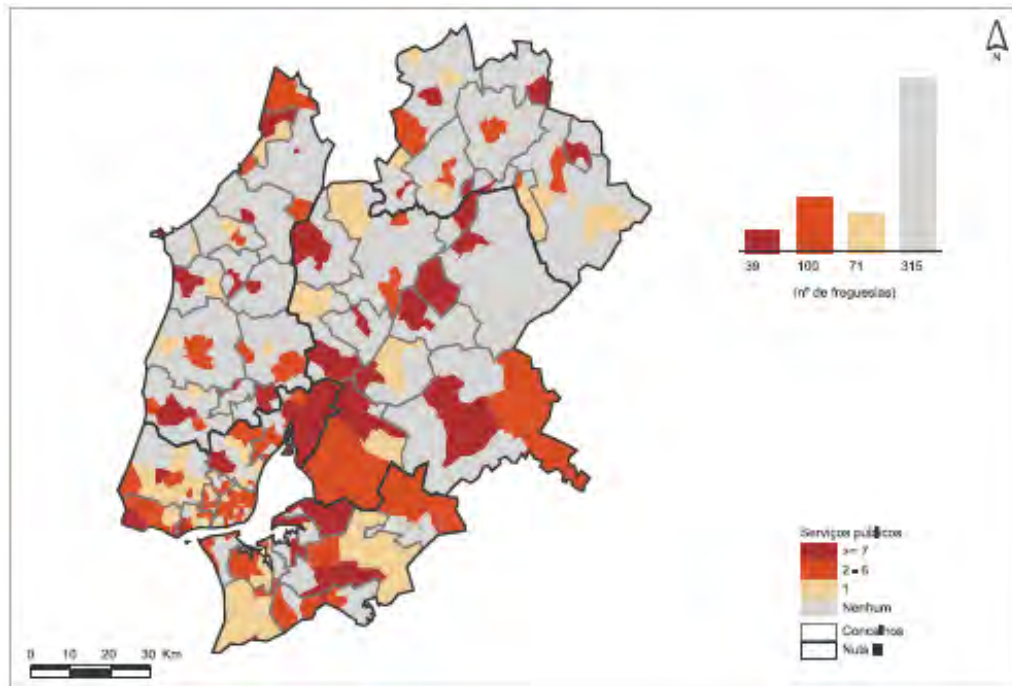


Figura 11 – Serviços Públicos (muito especializados) por freguesia

Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região de Lisboa e Vale do Tejo – CESAP-LVT - INE

Quanto aos restantes serviços (*Agência Bancária, Caixa Multibanco, Agência de Seguros, Agência Imobiliária, Agência de Viagens, Posto de Turismo, Agência de Aluguer de Automóveis e outros Veículos, Escola de Condução, Escritório de Advocacia, Gabinete de Contabilidade / Consultoria de Gestão, Gabinete de Projectos de Construção Civil, Clínica Veterinária, Alojamentos e Cuidados com Animais, Agência Funerária, Serviço Privado de Ambulâncias*), verifica-se que a freguesia de Vila Nova da Barquinha possui entre 3 e 6 destes serviços, Tancos não possui qualquer destes serviços e as restantes freguesias possuem entre 1 e 2. Será, assim, expectável que a população recorra ao município vizinho do Entroncamento para ter acesso à maior parte destes serviços.

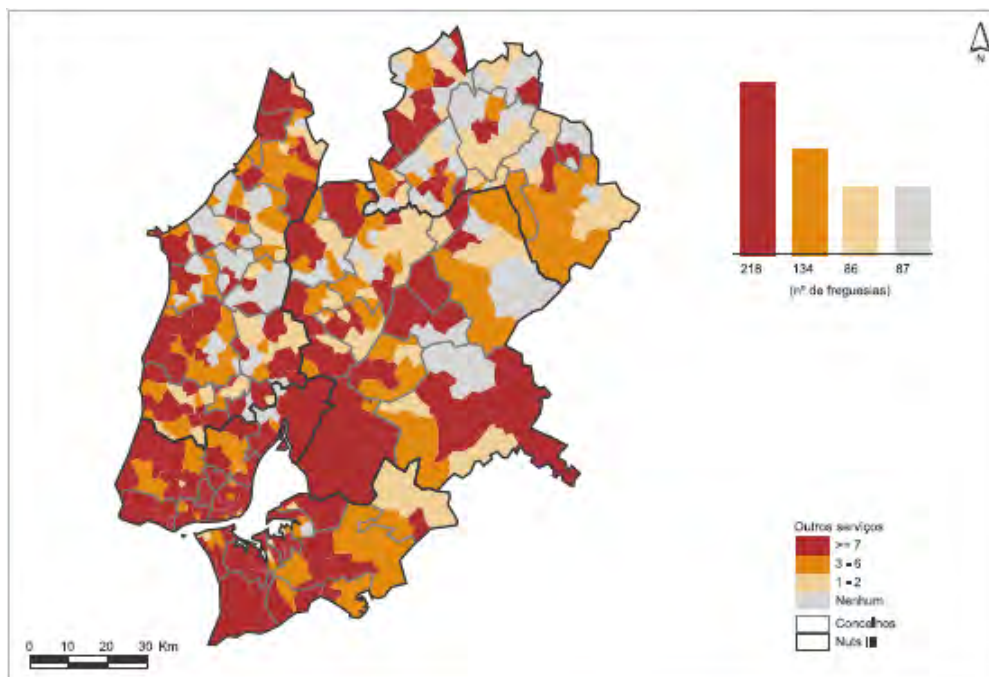


Figura 12 – Serviços Públicos (especializados e pouco especializados) por freguesia

Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região de Lisboa e Vale do Tejo – CESAP-LVT - INE

Quanto aos fluxos gerados pela necessidade de abastecimento em hipermercados, verifica-se que estes são predominantes para o Entroncamento e Torres Novas.

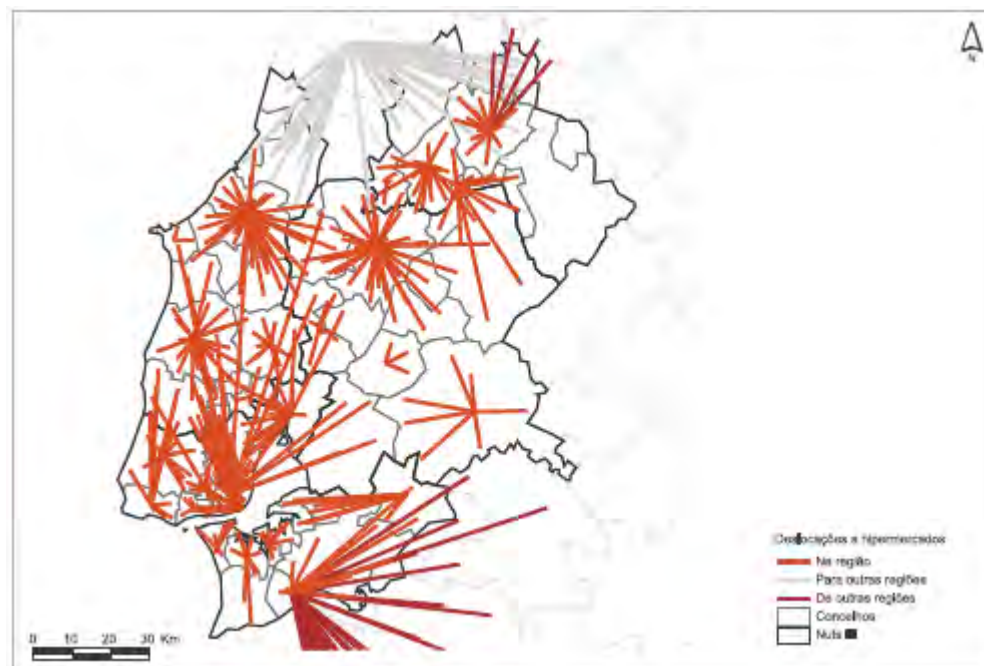


Figura 13 – Deslocações a Hipermercados

Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região de Lisboa e Vale do Tejo – CESAP-LVT - INE

5. ORIENTAÇÕES DE OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Para além das orientações estratégicas acima mencionadas, é necessário considerar os vários instrumentos de gestão territorial com interferência na área do município de Vila Nova da Barquinha cujas orientações e condicionantes se devem reflectir nas futuras propostas do Plano Director:

- O **Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)** estabelece as grandes linhas estratégicas para o ordenamento do território, abrangendo todo o País. Nele se identifica o sistema urbano sub-regional como um dos principais motores da competitividade do País.
- O **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)** define as acções para o crescimento sustentado do Turismo Nacional nos próximos 10 anos. Sintetiza as conclusões do diagnóstico e formula os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializados em 5 eixos estratégicos, através de 11 projectos de implementação para o desenvolvimento do Turismo em Portugal.
- O **Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (PBH do Tejo)** inclui toda a bacia hidrográfica do Tejo, onde se insere todo o território do Município de Vila Nova da Barquinha. Neste documento são estabelecidos os critérios de gestão dos recursos hídricos a nível da bacia hidrográfica, sendo nele incluídas recomendações relativas à integração de desenvolvimento territorial em harmonia com a rede hidrográfica e feito o diagnóstico do sistema de captação, distribuição, recolha e saneamento de água para consumo urbano, agrícola e industrial.
- O ordenamento florestal do concelho está contemplado no **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo**, que enquadra a gestão os recursos florestais dos concelhos do Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

É efectuada uma breve descrição destes documentos com o objectivo de aferir quais as suas implicações directas no município de Vila Nova da Barquinha.

5.1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

5.1.1 Enquadramento Legal

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, determinou a elaboração do PNPOT, tarefa que foi delegada para a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), com o apoio de uma equipa de projecto.

Foi aprovado através da Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, constituindo um referencial estratégico claro e consistente de âmbito nacional para o ordenamento do território.

O PNPOT define as orientações e opções para a elaboração de novos planos sectoriais e planos regionais de ordenamento do território, bem como o quadro estratégico a concretizar pelos novos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território.

As orientações do PNPOT para o âmbito municipal, que em conjunto com as orientações dos planos regionais de ordenamento do território consubstanciam o quadro de referência a considerar na elaboração dos planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território, são apresentadas a seguir e traduzem-se num conjunto de medidas do programa das políticas.

O PNPOT apresenta seis Objectivos Estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente:

Objectivos Estratégicos	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;
	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu, atlântico e global;
	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
	Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública.
	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

5.1.2 Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial – Planos Municipais de Ordenamento do Território

O PNPOT determina que o planeamento de nível municipal é da responsabilidade das autarquias e tem como objectivo definir o regime de uso do solo e a respectiva programação, através de opções próprias de desenvolvimento enquadradas pelas directrizes de âmbito nacional e regional. Considerando o carácter estratégico do Plano Director Municipal, este deve reflectir uma visão integrada do seu território e a articulação entre os seus diferentes elementos. Neste sentido:

1. Os Planos Directores Municipais são de elaboração obrigatória para todos os municípios, devendo ser revistos com base numa avaliação da sua execução sempre que as condições sócio-económicas e ambientais se alterem ou passados dez anos da entrada em vigor. Estes planos devem ter um inequívoco carácter estratégico, definindo o regime do uso do solo e o modelo de organização territorial num quadro de flexibilidade que permita o acompanhamento das dinâmicas perspectivadas para um período de 10 anos;
2. Os Planos Directores Municipais são instrumentos privilegiados para operar a coordenação entre as várias políticas municipais com incidência territorial e a política de ordenamento do território e de urbanismo. *É igualmente o instrumento privilegiado para operar a **coordenação externa entre as políticas municipais e as políticas nacionais e regionais com incidência territorial***;
3. Os Planos Directores Municipais devem concentrar todas as disposições necessárias à gestão do território, incluindo as que constam em planos especiais, planos sectoriais e planos regionais de ordenamento do território e devem ser dotados de flexibilidade suficiente para absorverem a evolução previsível a partir das dinâmicas normais em curso.

De seguida indicam-se as Orientações Específicas que se relacionam directamente com a elaboração dos PMOT, e especificamente com o município de Vila Nova da Barquinha, e que constam do Anexo III do Programa de Acção do PNPOT.

Orientações específicas para elaboração do PDM de Vila Nova da Barquinha	Definir a estrutura ecológica municipal, assegurando a sua coerência e compatibilidade.
	Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal.
	Implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território.
	Implementar no território continental, o Plano Nacional de Regadios de forma articulada com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional da Água e nos PGBH.
	Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial.
	Implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural.
	Incentivar os municípios na definição, classificação e gestão de áreas de paisagem protegida.
	Reforçar na Avaliação Estratégica de Impactes de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em particular dos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas.
	Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede Planos Municipais de Ordenamento do Território, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.
	Desenvolver uma rede nacional de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades, que diversifiquem os espaços de acolhimento de actividades inovadoras.
	Reforçar a componente estratégica dos Planos Directores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respectivos territórios.
	Dinamizar a aplicação dos diversos mecanismos de execução dos instrumentos de gestão territorial previstos no Decreto-Lei 380/99, nomeadamente promovendo um urbanismo programado e de parcerias e operações urbanísticas perequativas e com auto-sustentabilidade financeira.
	Aperfeiçoar os mecanismos de assumpção por parte dos promotores das externalidades geradas pelas novas urbanizações, quer sobre as infra-estruturas quer sobre a estrutura ecológica.
	Incentivar parcerias de âmbito urbano-rural para o ordenamento de áreas específicas do território, recorrendo quer aos Programas de Acção Territorial, como instrumentos de coordenação das actuações das autarquias locais e de outros agentes, quer à elaboração e implementação dos Projectos de Intervenção em Espaço Rural (PIER).

Orientações específicas para elaboração do PDM de Vila Nova da Barquinha	Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais.
	Reestruturar e consolidar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, em consonância com as dinâmicas de povoamento e assegurando que a dimensão mínima das escolas seja adequada às necessidades pedagógicas e à eficiência da oferta educativa.
	Reorganizar e valorizar as redes de agrupamentos e de escolas de ensino secundário (geral e tecnológico/profissionalizante) em articulação com a rede de centros de formação profissional, considerando a dinâmica da procura, as necessidades de desenvolvimento do país e o sistema de acessibilidades, com destaque para o transporte público.
	Definir os Territórios Educativos, tendo em vista implementar Programas Educativos Intermunicipais e instituir Conselhos Intermunicipais de Educação e Aprendizagem, com representação das Comunidades Educativas e de outros agentes da sociedade civil, e elaborar a Carta Nacional de Territórios Educativos e as Cartas Educativas respeitantes a cada um desses Territórios.
	Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Habitação.
	Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objectivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de usos e tipologias de habitação.
	Concluir o Programa Especial de Realojamento e implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais, em coerência com os objectivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova.
	Desenvolver um planeamento participado e reforçar a oferta de equipamentos de solidariedade e acção social, por forma a responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais, nomeadamente, da infância e juventude, da população idosa, dos deficientes e de outros grupos vulneráveis, contribuindo para a promoção da equidade, da inclusão social e de uma resposta concertada de apoio às famílias.
	Reforçar o desenvolvimento das Redes Sociais, através da consolidação e alargamento das parcerias a nível local e do aprofundamento da abordagem estratégica, articulando-as com os instrumentos de gestão territorial.
	Implementar orientações de ordenamento do território e desenvolver a oferta de equipamentos destinados às actividades de lazer activo e de desporto, no quadro da execução do Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes e da promoção de novas parcerias, com vista a aumentar os índices de actividade física e de prática desportiva da população, incluindo as pessoas com deficiência, e a aumentar o nível e a eficiência de utilização desses equipamentos.
	Dar continuidade aos programas de recuperação e expansão da rede de equipamentos culturais (museus, cine-teatros, centros culturais etc.), em parceria com as autarquias e os particulares.

Orientações específicas para elaboração do PDM de Vila Nova da Barquinha	Realizar aos níveis regional e local, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros actores sociais pertinentes e onde se articulem os objectivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território.
	Implementar a Política Nacional de Resíduos consubstanciada nos Planos Nacionais de Gestão de Resíduos e nos Planos Estratégicos Sectoriais dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), dos Resíduos Industriais e dos Resíduos Hospitalares, assegurando a integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial de âmbito regional, inter-municipal e municipal.
	Executar o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013), no território continental, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de abastecimento de água para consumo humano e de tratamento de águas residuais urbanas, através da realização dos investimentos necessários para servir a generalidade da população portuguesa com elevada qualidade e a preços acessíveis.
	Integrar nos planos de infra-estruturas viárias, as questões da segurança dos transportes e da mobilidade de todos os segmentos da população, incentivando o transporte acessível, seja ferroviário (comboio ou metro) seja transporte colectivo rodoviário urbano ou suburbano, e promover a eliminação de barreiras físicas existentes nas infra-estruturas dos transportes ferroviários e rodoviários, facilitando a mobilidade dos cidadãos com deficiência.
	Assegurar na revisão dos Planos Directores Municipais que as redes de transporte e mobilidade respondam à sua procura e aos processos de redefinição dos usos do solo, favorecendo a acessibilidade das populações em transporte público aos locais de emprego, aos equipamentos colectivos e serviços de apoio às actividades produtivas, bem como à circulação de mercadorias entre os locais de produção e os de mercado.
	Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Acção Territorial.

5.2 PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO

Os produtos *core* de crescimento para o Centro são o *Touring* e o Turismo de Natureza, completados por 4 produtos – *Resorts* Integrados e Turismo Residencial e Golfe no pólo Oeste, a Saúde e Bem-estar e a Gastronomia e Vinhos no conjunto da região. De destacar, ainda, os pólos de desenvolvimento do Oeste e da Serra da Estrela, assim como a importância do *cross-selling* com Lisboa (pólo Oeste) e com o Porto, para aumentar a percentagem de turistas estrangeiros.

À semelhança do que acontece noutras regiões, sugere-se um conjunto de acções a desenvolver. De destacar a criação de rotas temáticas para potenciar o desenvolvimento do *Touring*.

São factores distintivos da região, e que potenciam o *Touring* e Turismo de Natureza, o Património Natural, os monumentos históricos e religiosos, as aldeias típicas, os parques naturais e as grutas. O PENT aponta como principais acções a desenvolver a promoção da recuperação e adaptação de edifícios classificados para unidades de alojamento, a recuperação e requalificação de edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais, e o desenvolvimento de rotas temáticas.

No que respeita aos produtos “Saúde e Bem-estar e Gastronomia e Vinhos” e “Pólo Oeste – *Resorts* Integrados e T. residencial e Golfe”, os factores distintivos passam pela proximidade a Lisboa, pela qualidade e diversidade das águas termais e pela gastronomia. Como principais acções a desenvolver apontam-se o desenvolvimento de *resorts* Integrados no pólo oeste, desenvolver o pólo Serra da Estrela, potenciar uma oferta termal moderna e realizar *cross-selling* com Lisboa (pólo oeste) e Porto.

Como acções transversais apontam-se a qualificação da oferta hoteleira, o reforço da qualidade de serviço, ordenamento do território e protecção do ambiente, e a melhoria das acessibilidades rodoviárias (estradas secundárias).

5.3 PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO (PBHRT)

O Decreto - Regulamentar n.º 18/2001, de 07 de Dezembro, aprovou o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, que estabelece os seguintes objectivos estratégicos:

1. Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos, associados ao não cumprimento da legislação nacional e comunitária ou de compromissos internacionais aplicáveis na presente data;
2. Resolver outras carências e atenuar outras disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos;
3. Adaptar as infra-estruturas associadas à despoluição dos meios hídricos e os respectivos meios de controlo à realidade resultante do desenvolvimento socioeconómico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água;
4. Proteger e valorizar meios hídricos de especial interesse, com destaque para as origens destinadas ao consumo humano;
5. Caracterizar, controlar e prevenir os riscos de poluição dos meios hídricos;
6. Aprofundar o conhecimento relativo a situações cuja especialidade as torna relevantes no âmbito da qualidade da água;
7. Desenvolver e ou aperfeiçoar sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados sobre aspectos específicos relevantes em relação aos meios hídricos.

O PBH do Tejo, na sua parte VI do regulamento estabelece um conjunto de Normas Orientadoras, das quais interessam para a revisão de PDM:

1. Dotações a considerar nos abastecimentos urbanos;
2. Eficiências de distribuição nas redes de abastecimento urbano;
3. Dotações a considerar nos abastecimentos industriais;
4. Articulação com a REN;
5. Objectivos de protecção contra cheias e inundações;
6. Inventário e delimitação das zonas de risco de inundação;
7. Conservação dos solos e correcção torrencial;
8. Articulação com o Ordenamento do território
9. Outras afectações;

Neste quadro, determina o Plano de Bacia que todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação do território, deverão

integrar condicionamentos articulados com as normas do PBH, para as actividades que constituam ocupações e utilizações significativas sobre o meio hídrico, designadamente:

1. Captações de águas superficiais e subterrâneas;
2. Movimentações de terras;
3. Florestação;
4. Actividades agrícolas;
5. Instalações de unidades industriais e grandes centros comerciais;
6. Navegação e competições desportivas;
7. Extracção de inertes;
8. Campos de Golfe;
9. Espaços de recreio e Lazer;
10. Outras obras de carácter particular.

5.4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL RIBATEJO

5.4.1 Enquadramento Legal

A elaboração dos PROF foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de Setembro, em consonância com a Lei de Bases da Política Florestal e as orientações e objectivos do Plano de desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa. O Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de Outubro, aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo.

As normas constantes do PROF Ribatejo vinculam directamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projectos e acções a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados.

5.4.2 Objectivos do PROF Ribatejo

Os objectivos estratégicos do PROF Ribatejo são os seguintes:

1. Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável;
2. Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais;
3. Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região;
4. Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução;
5. Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada;
6. Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais;
7. Implementar um plano estratégico para a recolha de informação sobre o estado sanitário da floresta;
8. Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do sector;
9. Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações.

O concelho de Vila Nova da Barquinha encontra-se abrangido pela sub-região homogénea da Floresta dos Templários, que se caracteriza pela elevada aptidão e potencial produtivo para as espécies das fileiras de interesse nacional (pinheiro bravo, eucalipto e sobreiro). São aliás duas destas espécies, o pinheiro bravo e eucalipto, que dominam a paisagem desta sub-região em manchas contínuas de grande dimensão. A compartimentação e diversificação da paisagem são fundamentais na perspectiva da redução da ocorrência de incêndios de grande dimensão e sob o ponto de vista da valorização paisagística da sub – região. Deve-se salientar o facto de ser uma das sub-regiões comum maior risco de incêndio e a que mais ardeu nos últimos 13 anos. A abundância da regeneração natural de sobreiro e a possibilidade diversificação da composição dos povoamentos podem contribuir de forma decisiva para a compartimentação.

Destaca-se a importância que adquire a protecção dos solos, nesta sub – região, tendo em conta a área envolvente à Albufeira de castelo de Bode e outras áreas de elevado risco de erosão, muitas delas já fortemente erosionadas. A existência e proximidade de pólos de atracção turística, alguns deles inseridos em espaços florestais, acentuam a importância de melhorar a qualidade paisagística dos espaços florestais e a gestão adequada dos espaços florestais com objectivos específicos de lazer e recreio.

Os objectivos específicos desta sub-região são:

- a) Reabilitar do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;*
- b) Rearborizar de áreas ardidas com espécies ecologicamente bem adaptadas e de acordo com as orientações da Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;*
- c) Diversificar a composição das áreas florestais traduzindo-se na adequada compartimentação das manchas e na melhoria da qualidade da paisagem florestal;*
- d) Compartimentação dos espaços florestais através da implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível;*
- e) Diversificar as produções associadas aos espaços florestais;*
- f) Melhorar o estado de conservação das linhas de água;*
- g) Diminuir a erosão dos solos através da manutenção de um coberto vegetal adequado e da adopção de práticas de condução adequadas;*
- h) Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;*

- i) Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;*
- j) Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais.*

Segundo o Regulamento do PROF do Ribatejo, as explorações florestais privadas com área mínima de 25 ha, estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Territorial.

São consideradas zonas de intervenção florestal (ZIF) as áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidos a um plano de gestão e um plano de defesa da floresta, geridos por uma única entidade. Todas as freguesias do concelho de Vila Nova da Barquinha estão propostas e identificadas como freguesias com espaços florestais prioritários para instalação de ZIF.

Há ainda a considerar os corredores ecológicos que devem ser objecto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT.

5.5 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO OESTE E VALE DO TEJO

Os princípios, objectivos e orientações consagrados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) são desenvolvidos nos vários Planos Regionais de Ordenamento do Território que, por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico para os Planos Directores Municipais.

Face a uma nova geração de Planos Directores Municipais, que se exigem mais estratégicos, os PROT estabelecem um quadro de referência estratégica de longo prazo que permite aos municípios definir as suas opções de desenvolvimento e as regras de gestão territorial compatíveis com o modelo preconizado para a região.

É neste sentido que o presente relatório se revela essencial como ponto de partida para o processo de revisão do PDM de Vila Nova da Barquinha, uma vez que o mesmo aponta quais as directrizes orientadoras de carácter genérico e quais as orientações para o ordenamento do território que o PROT OVT preconiza para o território municipal.

5.5.1 Enquadramento Legal

Em termos jurídicos o PROT OVT é enquadrado pela Lei n.º48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo), na sua actual redacção (nomeadamente o art.º31º) e pelo Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º316/2007, de 19 de Setembro (designadamente, nos artigos 51º a 59º).

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2006, de 23 de Março determinou a elaboração do Plano de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.

5.5.2 Âmbito Territorial

O PROT do Oeste e Vale do Tejo inclui um total de 33 municípios: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras e **Vila Nova da Barquinha**. Assim, o PROT OVT, abrange as NUTS III

Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo (Figura 15), e regista uma população de cerca de 800 mil habitantes distribuídos por uma superfície de 8 792 Km².

A região OVT caracteriza-se por um forte potencial de charneira territorial entre as Regiões Centro e Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa. Sendo a coerência e continuidade espacial centrais nesta funcionalidade do OVT, as condições de articulação inter-regional contribuirão para a afirmação de um sistema regional em rede mais coeso e competitivo.

O território do Oeste e Vale do Tejo faz parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contudo para efeitos da componente regional do QREN integra as NUTS II Centro (Oeste e Médio Tejo) e Alentejo (Lezíria do Tejo).

A organização territorial do Oeste e Vale do Tejo (OVT) evidencia duas sub-regiões: 1) o **Vale do Tejo** (constituído pelas NUTS III, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) onde se situam as extensas áreas de solos férteis, porém, nele se assiste ao alargamento das manchas de ocupação florestal, em resultado do despovoamento e abandono das áreas agrícolas; e 2) o **Oeste**: onde a influência de duas polarizações externas (Lisboa e Leiria) acentuam processos difusos de urbanização e industrialização, e sujeita à pressão das actividades turísticas sobretudo na faixa litoral.



Figura 15 – Área de Intervenção do PROT OVT

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

5.5.3 Prioridades e desafios

O PROT OVT define as estratégias de base territorial para o desenvolvimento do Oeste e Vale do Tejo, contemplando, designadamente:

Estratégias de base territorial
A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da segurança de pessoas e bens, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.
A inserção destes territórios nas dinâmicas de afirmação da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto das grandes regiões capitais europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o mundo.
A integração, do ponto de vista estratégico, funcional e territorial, do Novo Aeroporto de Lisboa, enquanto plataforma de mobilidade e motor de desenvolvimento da actividade económica e social, numa perspectiva de afirmação, valorização e estruturação do conjunto da Região.
O desenvolvimento das actividades logísticas e o reforço dos factores de atracção e acolhimento de actividades empresariais, da indústria e dos serviços.
O reforço da competitividade económica e da sustentabilidade ecológica da agricultura, das explorações agrícolas e florestais.
A definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico que tire partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada.

Em consonância com estes objectivos prioritários foi construída uma reflexão estratégica que culminou com a formulação de **4 eixos** para o território do OVT fundados essencialmente na **competitividade** (*Eixo 1 - ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização*), na **valorização** (*Eixo 2 - potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental*), na **qualidade** (*Eixo 3 - concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana*) e na **multifuncionalidade** (*Eixo 4 - descobrir as novas ruralidades*).

A visão estratégica do PROT OVT encontra-se em sintonia com as 13 Opções para o Desenvolvimento do Território definidas na Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro (**PNPOT**).

A ambição de futuro para a Região Oeste e Vale do Tejo, no horizonte de 2020, está consubstanciada em opções estratégicas de base territorial estruturadas pelos quatro eixos estratégicos que se expressam através de grandes linhas de intervenção de base territorial:

Eixo Estratégico 1	
Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	
Objectivos Estratégicos	Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de actividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da actividade económica em centros urbanos.
	Apostar na qualificação territorial através do reforço de infra-estruturas de internacionalização, acolhendo actividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agro-alimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.
	Potenciar a utilização eficiente das infra-estruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros pólos/equipamentos relevantes.
	Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo um up-grade dos parques empresariais existentes.
	Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das actividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.

Eixo Estratégico 2	
Potenciar as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental	
Objectivos Estratégicos	Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspectiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
	Apostar no desenvolvimento sustentável das actividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das "portas do mar", e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.
	Potenciar o aproveitamento das actividades agrícolas e florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agro-florestais, biocombustíveis e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspectiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.
	Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.
	Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação actual do território e as projecções da sua utilização futura.

Eixo Estratégico 3 Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana	
Objectivos Estratégicos	Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/interior no sentido da estruturação de uma rede urbana Polinucleada, integrando soluções de carácter plurianual no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.
	Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas.
	Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.
	Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços colectivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.

Eixo Estratégico 4 Descobrir as novas ruralidades	
Objectivos Estratégicos	Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agro-pecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais e da valência turística dos espaços rurais.
	Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infra-estruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.
	Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços colectivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.

O PROT OVT define igualmente o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:

- Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, articulando e dando coerência aos subsistemas urbanos, no quadro das oportunidades de reconfiguração territorial abertas pelas novas acessibilidades, pelas grandes infra-estruturas e equipamentos e pelos processos de desconcentração da Área Metropolitana de Lisboa.

- Organizar o sistema de acessibilidades, de forma a potenciar o dinamismo dos principais centros urbanos, a otimizar o impacto regional das grandes infra-estruturas de transportes implantadas nestes territórios e a assegurar a coerência das opções das entidades responsáveis nos domínios rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário.
- Definir uma rede de espaços de localização empresarial de elevada qualidade que reforce o potencial de desenvolvimento e atracção de actividades económicas de forte competitividade internacional e a disponibilidade de espaços adequados à instalação de actividades intensivas em conhecimento.
- Identificar a estrutura regional de protecção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e da estruturação do território.
- Identificar os riscos naturais e tecnológicos que possam pôr em causa a segurança de pessoas e bens e definir normas para a sua prevenção.
- Introduzir uma rede de planeamento, agenciamento e monitorização que apoie a Região no desenvolvimento da sua sustentabilidade em relação aos recursos energéticos e às alterações climáticas, contribuindo simultaneamente para reduzir a sua exposição aos riscos associados ao contexto externo dos combustíveis fósseis.
- Promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território e preservar os solos agrícolas, que são os mais produtivos do país, nomeadamente das pressões de urbanização e de valorizações especulativas.
- Articular as opções estratégicas com as estratégias de desenvolvimento das regiões do Centro e do Alentejo, com particular relevo para a valorização do papel de charneira inter-regional e o potencial para localização de actividades no polígono urbano do Médio Tejo.

5.5.4 Visão para a Região Oeste e Vale do Tejo

De acordo com o PNPOT, o Oeste e Vale do Tejo está plenamente integrado na grande região funcional de Lisboa e a relação com a Área Metropolitana de Lisboa constitui um elemento basilar do seu desenvolvimento. Se por um lado, o Oeste e a Lezíria se apresentam como as áreas de expansão natural da Área Metropolitana de Lisboa e oferecem alternativa de localização metropolitana (por exemplo, de equipamentos e de pessoas), por outro lado, o Médio Tejo, pela sua posição geográfica e património natural (reforçado pela presença de recursos hídricos estratégicos para a Área Metropolitana de Lisboa), possui importantes oportunidades de desenvolvimento. Refere ainda o PNPOT que esta Região é tradicionalmente estruturada por dois grandes eixos radioconcêntricos (A8/Linha do Oeste e A1) convergindo para Lisboa, atenuando-se a separação entre as duas sub-regiões com a criação de novas acessibilidades proporcionadas pelos eixos A15 e IC9, 10 e 11 reforçando a mobilidade interna regional.

Entretanto, a localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, proporciona uma extraordinária oportunidade para deslocalizar para o interior os eixos de urbanização, logística e desenvolvimento, tradicionalmente localizados na faixa litoral (A8 e A1).

Dando prioridade à construção do IC3 (Almeirim/ Chamusca/Tomar) e à construção de uma ligação ferroviária entre o Novo Aeroporto de Lisboa e a linha do Norte (Cartaxo/ Santarém), eventualmente aproveitando parte do canal da linha de Setil, cria-se um novo eixo de desenvolvimento na margem esquerda do Tejo entre a Península de Setúbal e a Chamusca, ligando, em sequência, à zona do Entroncamento/V. N. Barquinha, com ramificação, por um lado, para Tomar/Coimbra e, por outro, para a Beira Interior. Neste quadro de acessibilidade, os novos e futuros eixos viários e ferroviários colocarão Santarém num ponto estratégico de confluência, facto que poderá reforçar o seu papel de centralidade regional (Figura 16).



Figura 16 – Eixos de Desenvolvimento

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CDDR-LVT

Em síntese, a Região Oeste e Vale do Tejo encontra-se integrada na área de polarização funcional da Área Metropolitana de Lisboa (Figura 17) e a proximidade e localização do Oeste e Vale do Tejo, relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, representa uma disponibilidade de significativos recursos estratégicos, mas também uma vulnerabilidade à lógica de desenvolvimento e expansão metropolitanas.

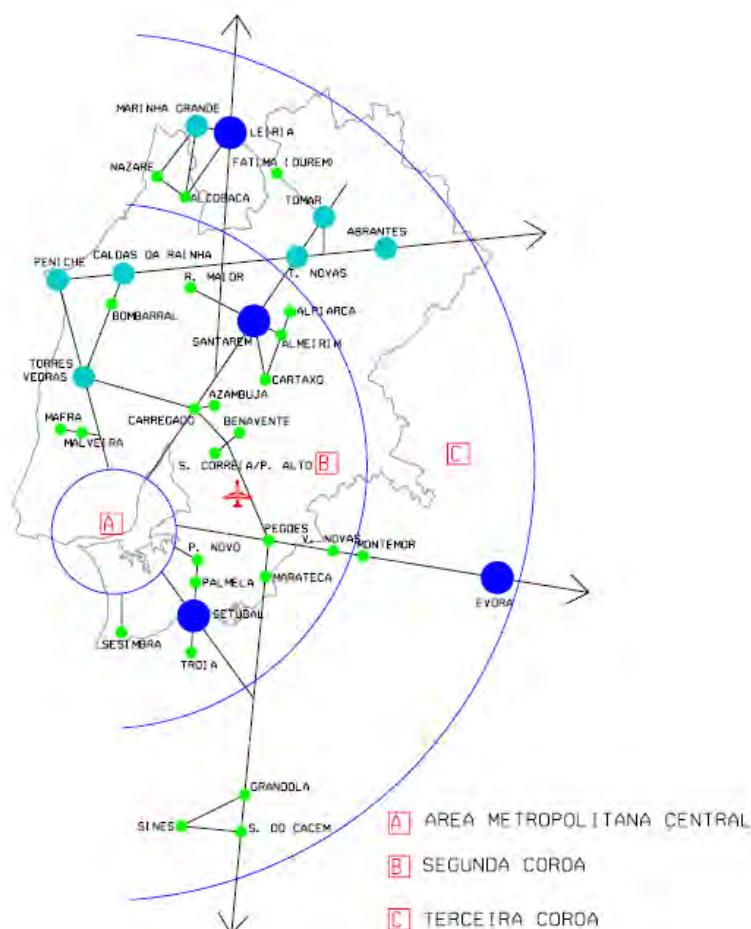


Figura 17 – Região de Polarização Metropolitana

Fonte: Adaptado de PROT AML

5.5.5 Modelo Territorial

Em consonância com os Eixos Estratégicos assumidos pelo PROT que preconizam um desenvolvimento regional equilibrado e integrado, o Modelo Territorial assenta em três **sistemas fundamentais (Figura 18)**:

- o **sistema urbano** e de **competitividade**;
- o **sistema ambiental**;
- o **sistema de mobilidade**.

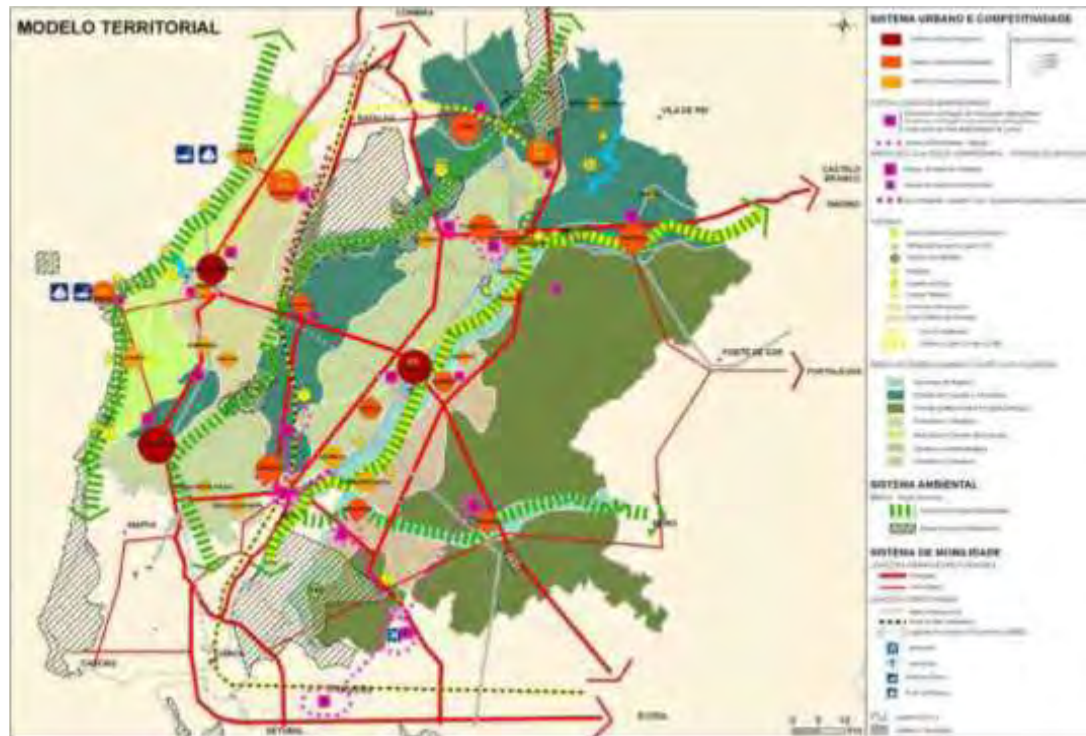


Figura 18 – Esquema Global do Modelo Territorial para o PROT OVT

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

O processo de revisão do PDM deverá ter em consideração que o modelo territorial que vier a adoptar deve consolidar as áreas urbanas existentes e promover a aglomeração, a colmatação e a inter-ligação entre as infra-estruturas e a edificação, de forma a atenuar os efeitos negativos da forte disseminação dos pequenos aglomerados e do modelo difuso de povoamento que caracterizou as últimas duas décadas.

5.5.5.1 O sistema urbano e a competitividade

Estrutura Urbana

O PROT prevê alterações significativas do sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo, nomeadamente na construção de uma efectiva rede de centros urbanos. Considera que existe um primeiro nível de concertação e construção do modelo territorial que traduz o ajustamento e afirmação da estratégia urbana no espaço sub-regional, e um segundo tipo de concertação que reforça a integração intra-

regional e inter-regional, que visa sobretudo a intensificação de especializações e redes urbanas para a competitividade regional.

O sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo encontra-se estruturado em duas componentes essenciais:

- **Tipologia urbana** assente na diversidade de funções de âmbito regional ou sub-regional;
- **Relações inter-urbanas** (subsistemas e eixos urbanos) intra-regionais e com as regiões envolventes.

Relativamente a estas últimas, o sistema do OVT organiza-se em torno de dois níveis complementares:

1. **redes de articulação urbana de proximidade;**
2. **articulação inter-regional**, que posiciona o sistema urbano do OVT na organização territorial da região mais vasta, polarizada pela metrópole de Lisboa.

No âmbito do reforço dos relacionamentos urbanos inter-regionais, o Eixo de Conectividade a Norte (com especial destaque para Nazaré, Alcobaça, Ourém e Tomar) ganha uma forte expressão estratégica porque visa o reforço de articulação funcional do Médio Tejo e do Oeste com Leiria-Marinha Grande, promovendo a articulação com o Sistema Metropolitano do Centro Litoral. Desta forma potencia-se o papel de charneira do sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo, articulando o Arco Metropolitano de Lisboa e o Sistema Metropolitano do Centro Litoral.

No Sistema Urbano do Oeste e Vale do Tejo os centros urbanos organizam-se segundo uma tipologia de centros, assente na diversidade funcional:

- a) *Centros Regionais*, oferecendo uma rede de equipamentos e serviços diversificada, desempenhando funções essenciais de articulação territorial e evidenciando capacidades para construir e dinamizar redes e especialidades urbanas de âmbito regional;
- b) *Centros Estruturantes*, prestando um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificado de influência sub-regional;
- c) *Centros Complementares*, fornecendo um leque de funções urbanas pouco diversificado, mas fundamental na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

O município de **Vila Nova da Barquinha** classifica-se como Centro Urbano Complementar.

No que respeita às redes inter-urbanas, **Vila Nova da Barquinha** insere-se no **Subsistema Urbano do Médio Tejo**. Trata-se de um subsistema que constitui um papel de charneira inter-regional e de potencial de localização de actividades logísticas, articulando-se com Leiria-Marinha Grande, Beira Interior e Alto Alentejo. Em termos logísticos acolhe a **Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa**, (área de Alcanena-Torres Novas, podendo envolver igualmente os espaços de acolhimento empresarial do Entroncamento e **Vila Nova da Barquinha**) com funções logísticas de abastecimento da grande região de Lisboa, com uma articulação com a região Norte do País e com o corredor Ibérico-Europeu Vilar Formoso/Salamanca/Valladolid; A confluência de duas auto-estradas — A1 e A23 -, e de duas linhas férreas — Linha do Norte e Linha da Beira Baixa, ambas com serviço internacional -, reforçam a sua “centralidade” mesmo a nível supra-regional. O património surge como o factor de ligação com o Oeste, sendo ainda notória a forte ligação a Norte, promovida particularmente pelos fluxos de emprego e nos inter-relacionamentos na área do comércio e serviços.

Indústria e serviços às empresas

São objectivos do PROT-OVT, no domínio da actividade empresarial da indústria e serviços às empresas, incentivar a construção de estratégias de eficiência colectiva que formem e desenvolvam economias de proximidade e de aglomeração por via da valorização das seguintes trajetórias:

- Afirmção de **pólos de competitividade e tecnologia**, suportados em parcerias de vocação internacional entre empresas, estabelecimentos de ensino e formação e entidades do Sistema Científico e Tecnológico, com o objectivo de criação de massa crítica e rede de conhecimentos seja com uma vertente mais tecnológica (assente numa concentração de empresas que valorizam as actividades de I&DT, tendo em vista a evolução estrutural da economia regional e nacional para sectores tecnológicos) ou com uma aposta mais direccionada para mercados imediatos com forte visibilidade internacional, em domínios de crescimento rápido e forte geração de valor acrescentado;
- Desenvolvimento de “**clusters**” ou redes de empresas, apoiadas em parcerias estabelecidas com agências da administração local e central, suportados em projectos âncora ou de requalificação e reestruturação de actividades económicas existentes, vocacionadas para a criação de valor, centrada numa partilha de visão estratégica e de racionalização de infra-estruturas e serviços comuns;

- Dinamização da renovação económica urbana através do **reordenamento, realocização e revitalização da actividade económica** em aglomerados visando a densificação do tecido empresarial, a valorização da base económica e a atractividade territorial.

O desenvolvimento da rede territorial de espaços de acolhimento empresarial deverá fomentar a concentração geográfica das unidades empresariais, em estreita articulação com o sistema urbano proposto, criando condições para a requalificação e reordenamento de alguns eixos de localização actualmente existentes e promovendo a valorização hierárquica e qualitativa dos centros urbanos regionais no quadro da rede urbana nacional.

A concentração territorial das actividades empresariais, em articulação com a rede de centros urbanos da região, procura inverter uma tendência observada na região para uma dispersão continuada e desestruturada na localização das unidades empresariais, nomeadamente ao longo de eixos viários e normalmente associada a processos decisoriais de licenciamento casuísticos que não favorecem uma decisão rápida e a obtenção de economias externas de aglomeração e proximidade, comprometendo, a prazo, a eficiência do sistema económico da região e exigindo a definição de medidas reactivas, normalmente com custos relativamente elevados, visando a requalificação, reordenamento e valorização de alguns eixos de estruturação da actividade económica.

A aposta na concentração da localização empresarial surge, igualmente, como forma de responder aos principais factores valorizados pelas empresas nas suas decisões (entre quais se encontram a instalação rápida, um número reduzido de interlocutores no processo de decisão e licenciamento e a existência de um conjunto de serviços avançados de fácil acesso) e, ainda, como via para superar a presente dificuldade em encontrar espaços disponíveis que reúnam as condições requeridas por uma procura crescente de intenções de localização empresarial na região.

Neste sentido, o PROT-OVT estrutura a dinâmica empresarial em função do carácter funcional, entre pólos de acolhimento empresarial com predominância de funções de estruturação das actividades logísticas de âmbito regional ou nacional (designados por “Portas logístico-empresariais”) e pólos de acolhimento empresarial em que a acentuação da actividade industrial e dos serviços às empresas prevalece sobre a actividade de estruturação logística (designados por “Áreas de Localização Empresarial – Parque de Negócios”), onde se inclui o Centro de negócios de **Vila Nova da Barquinha**.

Turismo, Lazer e Cultura

O PROT OVT apresenta o Turismo e o Lazer e o Património Cultural e Histórico como vertentes estratégicas de um desenvolvimento baseado nos recursos regionais e nas identidades territoriais fortemente marcadas pelas diferenciações históricas, culturais e paisagísticas, devendo contribuir, também, para a minimização de desequilíbrios internos à Região OVT, nomeadamente entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo. As actividades ligadas ao turismo, lazer e cultura no Oeste e Vale do Tejo devem pois, ser encaradas numa lógica de complementaridade com a região polarizada por Lisboa.

O modelo territorial atende ao facto do Oeste surgir destacado no *Plano Estratégico Nacional de Turismo* como *Pólo de Desenvolvimento Turístico*, sendo reconhecidas as oportunidades, mas também as “tensões” que daí advêm. Nesta perspectiva, e dada a importância regional das actividades ligadas ao sector do turismo, lazer e cultura, o reforço da rede urbana regional deve articular-se com o estímulo ao desenvolvimento ordenado das actividades associadas.

O Esquema do Turismo, Cultura e Lazer define as áreas urbanas de localização preferencial de equipamentos e serviços de apoio ao turismo e ao lazer que desempenham um papel fulcral no ordenamento dos espaços com funções turísticas: são as Centralidades Urbano-Turísticas (CUT).

Para além das CUT, foram ainda identificados centros urbanos que detêm, ou podem vir a deter uma forte concentração de funções turísticas, residenciais e de lazer, integrados na tipologia de Núcleos de Turismo e Lazer – NTL, onde se integra **Vila Nova da Barquinha e Tancos** entre outros. Estes aglomerados devem concentrar o acolhimento de procura no âmbito do turismo e da residência de lazer apostando na sua requalificação territorial e ambiental.

De acordo com as normas do PROT, as tipologias de espaços turísticos admitidas para o concelho de **Vila Nova da Barquinha** são os Núcleos de Desenvolvimento Turístico, o Turismo em Espaço Rural e hotéis isolados.

O Modelo Territorial para o desenvolvimento do sector do turismo parte de um enquadramento contextual de valorização do turismo enquanto actividade económica do desenvolvimento e vector central na estratégia do PROT OVT.

O Modelo definido enquadra as dinâmicas de oferta de alojamento turístico e de lazer, designadamente as novas tendências de investimento em conjuntos turísticos (*resort*), o crescimento e localização do alojamento de lazer (2.^a residência) e novos projectos de interesse cultural e turístico de iniciativa pública e privada.

Neste quadro referencial, são identificados como vectores estratégicos que podem ter influência no território de **Vila Nova da Barquinha**:

- O apoio ao equilíbrio regional do desenvolvimento do turismo e lazer entre o litoral (Oeste) e o interior (Vale do Tejo) e entre a coroa da Área Metropolitana de Lisboa e o Norte da Região;
- A prioridade aos projectos que valorizem e potenciem os recursos da região para o turismo e lazer (Tejo, património histórico e cultural, património paleontológico, ruralidade).

5.5.5.2 O Sistema Ambiental

O sistema ambiental constitui uma das matérias centrais do processo de elaboração do PROTOVT e do seu conteúdo.

Há um conjunto de temas e territórios determinantes para a sustentabilidade do modelo com particular contribuição de estudos sectoriais das áreas da geomorfologia, recursos hídricos, padrões de ocupação do solo e paisagem, conservação da natureza e biodiversidade e das actividades agro-florestais.

Esta análise será aprofundada no estudo sectorial correspondente ao Sistema Biofísico.

5.5.5.3 O Sistema de Mobilidade

O sistema ferroviário e rodoviário estruturante do Oeste Vale do Tejo estabeleceu – se numa lógica de articulação com Lisboa, de atravessamento N-S. Contudo, na actualidade foram-se afirmando importantes elos complementares de atravessamento W-E.

O sistema rodoviário do OVT estrutura-se através de uma malha longitudinal e transversal com um elevado grau de conectividade. No que concerne às *infra-estruturas rodoviárias*, o modelo territorial contempla cinco corredores radiais (IC1, IC2, IP1, IC3 e IC13) e três corredores circulares (IC11, IP6/IC10; IC9), para além do troço Norte do IP6 que se articula com o IP1 e estabelece a ligação ao IP2.

Relativamente às *infra-estruturas ferroviárias*, o Oeste e Vale do Tejo contempla três corredores norte / sul e três corredores transversais, mas ligados só a um dos eixos norte / sul – a Linha do Norte. Situados na margem direita do Rio Tejo os corredores radiais articulam-se ao longo da Linha do Norte (entre Lisboa e Porto) e da Linha do Oeste (que se desenvolve entre Lisboa e a Figueira da Foz e Coimbra, com passagem por Leiria). A futura Linha de Alta Velocidade constituirá o terceiro corredor ferroviário norte/sul. Os corredores transversais ferroviários, a partir da Linha do Norte, são a Linha de Coruche / Vendas Novas (Ramal do Setil, que também se articula com a Linha do Alentejo), a Linha da Beira Baixa/ Linha do Leste (com o ramal de Cáceres) e o Ramal de Tomar.

Em termos ferroviários não se pode considerar que no OVT exista um real funcionamento em rede que permita uma articulação das três sub-regiões, de modo efectivo e competitivo (tempos e custo), como acontece em termos rodoviários.



Figura 19 – Redes Rodo e ferroviária actuais e previstas

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

5.5.6 Unidades Territoriais

O PROT OVT estrutura a sua área de intervenção num conjunto de 16 unidades territoriais, algumas das quais divididas em sub-unidades, quer seja pelas características específicas que as distinguem, quer pela sua descontinuidade espacial.

Estas Unidades Territoriais encontram-se delimitadas com base na identificação de áreas relativamente homogéneas do ponto de vista dos padrões de ocupação do solo, não obstante a sua natural diversidade interna, evidenciam potencialidades e problemas comuns em função do padrão dominante.

Na Figura seguinte identificam-se as unidades e sub-unidades definidas no OVT.

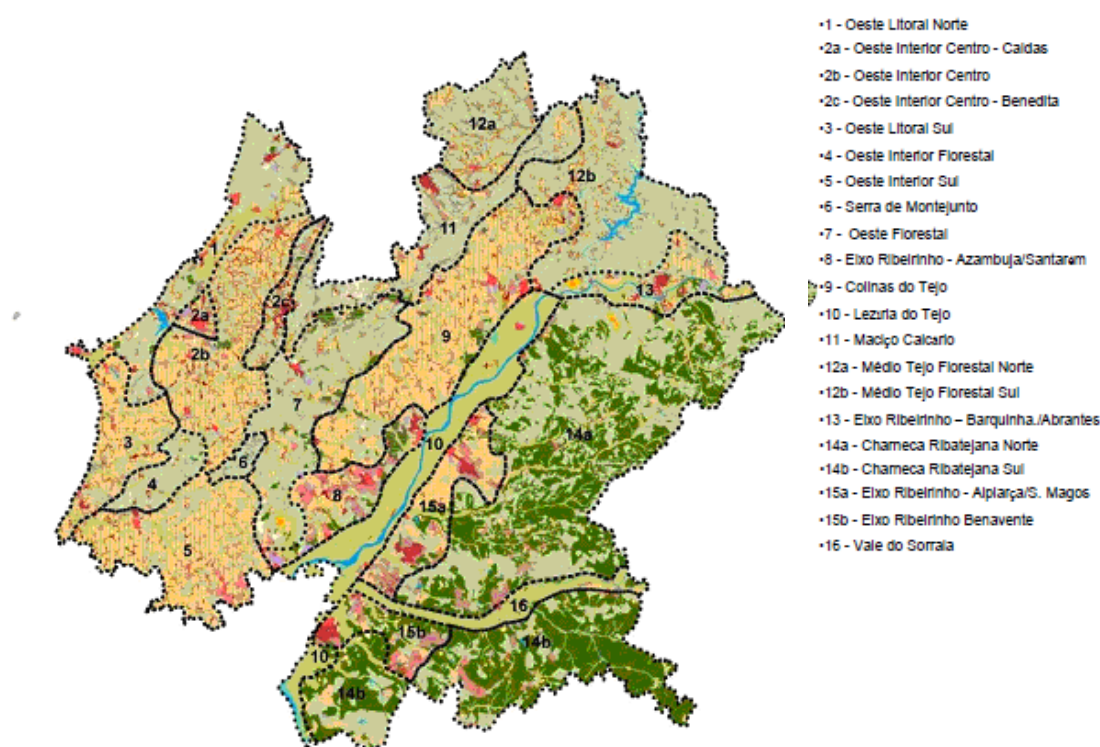


Figura 20 – Unidades Territoriais

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDDR-LVT

O Município de **Vila Nova da Barquinha** é abrangido pela Unidade Territorial Eixo Ribeirinho – Barquinha/Abrantes. É uma unidade pelos aluviões do Tejo com agricultura de hortofrutícolas e vinhas, áreas associadas a sistemas de policultura, olival e alguns resquícios de montado de sobro. É relativamente plana, com encostas delimitadoras. A edificação é fundamentalmente dispersa ou fragmentada, verificando-se também a presença de algumas áreas afectas a

indústrias, comércio, armazenagem ou logística. O sistema urbano interno estrutura-se em torno de Vila Nova da Barquinha, Constância, Sardoa e sobretudo Abrantes. Todavia, mantêm fortes relações externas, nomeadamente com Entroncamento e Torres Novas.

No que respeita às acessibilidades, a unidade é atravessada e servida pela linha da Beira Baixa e pela A23, cuja construção (prolongamento do IP6 para a Beira Interior) potenciou novas dinâmicas nestes locais. O principal recurso e valor natural desta unidade territorial é o rio e o vale do Tejo, associado aos seus aluviões, contudo deve ser destacado o facto do grande aquífero da Margem Esquerda do Tejo se iniciar nesta unidade. Este território constitui uma área com potencialidade para o lazer e recreio, através de actividades ligadas à pesca ou aos desportos náuticos. Destacam-se ainda algumas infra-estruturas estratégicas como Instalações militares de Tancos e a central termoelétrica do Pego. Verifica-se uma forte relação desta unidade com a Região Centro e Alentejo.

Nas Unidades Territoriais aplicam-se as **orientações e directrizes** que visam constituir o quadro de referência para os planos municipais de ordenamento do território e orientar os planos especiais de ordenamento do território:

	Eixo Ribeirinho – V. N Barquinha/Abrantes
Directrizes definidas no PROT OVT	Estruturar a unidade em torno do sistema urbano formado por Sardoa, Abrantes, Constância e V. N. Barquinha e por uma rede complementar de aglomerados urbanos e rurais a identificar, nos respectivos PDM, que absorvam as procuras de edificação e contrariem as tendências de povoamento disperso.
	Promover a manutenção e o aproveitamento dos valores da paisagem e as ocorrências patrimoniais para o fomento das actividades turísticas ligadas ao património e cultura.
	Fomentar as actividades de lazer e recreio associadas ao vale do Rio Tejo.
	Preservar e prever expansão das áreas de olival com vista a produção de Azeites do Ribatejo (DOP).
	Garantir a integridade do aproveitamento hidroagrícola de Alvega, e salvaguardar a sua função produtiva agrícola de regadio / uso agrícola.
	Estudar, delimitar e apresentar proposta de gestão para a paisagem especial do Almourol.
	Promover e garantir o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos do Corredor Fluvial principal associado ao Rio Tejo, bem como das partes terminais dos Corredores Fluviais associados ao Rio Zêzere e ao Rio Torto, e às Ribeiras de Tancos, Foz, Alcolobra, Coalhos, Carregal, Moinhos e Arces.

Quanto às **normas específicas de carácter territorial**, no que respeita à definição das orientações e directrizes de classificação e qualificação do solo à escala regional, o PROT assume-se como instrumento fundamental, definindo como orientações fundamentais para a organização territorial e funcional:

Eixo Ribeirinho – V. N Barquinha/Abrantes	
Normas específicas de carácter territorial	<u>Polinucleação e integração territorial</u> - Desenvolver uma adequada hierarquização urbana municipal, devidamente articulada com o sistema urbano regional, integrando um conjunto de núcleos urbanos individualizados e dotados dos equipamentos e serviços adequados à sua posição hierárquica na rede urbana e à sua função específica, no quadro da criação de redes de complementaridades e da polarização do desenvolvimento das áreas rurais.
	<u>Concentração do edificado</u> - Estabelecer modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou núcleos rurais devidamente identificados e delimitados para o efeito, de forma a contrariar formas de povoamento disperso ou linear e a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos, privilegiando a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços edificados existentes já servidos por infra-estruturas e equipamentos, face à proposta de novas áreas de expansão.
	<u>Contenção, proporcionalidade e programação das áreas urbanas</u> - Adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, actividades económicas e outras funções urbanas e assegurar a sua execução programada.
	<u>Qualidade Urbanística</u> - Nortear o planeamento das áreas urbanas com base em critérios exigentes de qualidade urbanística, que promovam a revitalização das áreas antigas e históricas, a devida dotação em equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos e espaços verdes, o recurso sistemático ao desenho urbano, a qualidade arquitectónica e a valorização da imagem urbana.
	<u>Harmonização espacial dos usos e actividades</u> - Clarificar as aptidões e usos dominantes das várias parcelas do território e identificar as complementaridades e os usos e actividades incompatíveis.
	<u>Acessibilidade e mobilidade sustentável</u> - Coordenar o desenvolvimento e crescimento dos aglomerados urbanos e núcleos rurais com as principais redes de acessibilidades e transportes colectivos, de forma a fortalecer e integrar a rede urbana e a potenciar a relação cidade-campo, reduzindo a dependência em modos de transporte individual e contribuir para a economia energética.
	<u>Racionalização dos serviços públicos</u> - Coordenar o desenvolvimento e crescimento dos aglomerados e do povoamento humano com as principais redes de equipamentos e infraestruturas de abastecimento público, promovendo a concentração em áreas que potenciem a racionalização da utilização dos serviços.
	<u>Protecção e valorização dos recursos e valores naturais</u> - Salvar e valorizar os sistemas

	e processos biofísicos que asseguram os bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas e os recursos fundamentais de solo e água, impedindo utilizações que ponham em causa a sua integridade e qualidade.
	<u>Prevenção e redução de riscos</u> - Salvar os sistemas e processos biofísicos que asseguram os bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas e os recursos fundamentais de solo e água, impedindo utilizações que ponham em causa a sua integridade e qualidade.

No que respeita às **directrizes de classificação e qualificação do solo** a nível regional:

Padrões de ocupação, classificação e qualificação do solo

Para efeitos de classificação e qualificação serão identificadas e estudadas, nomeadamente:

- Áreas edificadas em espaço urbano, diferenciando-as em termos dos níveis de colmatagem, densidade, infra-estruturação e estruturação territorial e caracterizando-as quanto às principais funções e dinâmicas urbanas;
- Áreas de edificação linear ao longo de vias de comunicação (estruturas simples ou reticulares), identificando as quebras de continuidade e as densidades do edificado;
- Áreas de edificação dispersa em solo rural, diferenciando-as em função das densidades do edificado;
- Núcleos de edificação em solo rural, nomeadamente as áreas edificadas em espaço rústico (quintas, casais e pequenas aldeias);
- Áreas ocupadas por grandes infra-estruturas e equipamentos e as áreas de localização de actividades económicas de indústria, turismo, comércio, armazenagem, logística ou indústria extractiva;
- Áreas de ocupação agrícola, florestal, agro-florestal e de valor natural.

5.5.7 Directrizes a considerar na elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território

Classificação e qualificação do solo urbano	Classificar o solo como urbano com base nos seguintes requisitos gerais:
	Inserção na rede urbana ou na rede de áreas de actividades económicas do concelho, definida em PDM
	Disponibilidade de infra-estruturas básicas completas ou previsão da infra-estruturação no horizonte do plano, em conformidade com o programa de execução e financiamento
	Contribuição para a mobilidade sustentável
	Respeito pelos critérios de qualificação do solo urbano estabelecidos no anexo II do PROT.
	Na criação de novas áreas urbanas ou expansão das existentes devem respeitar-se os seguintes requisitos:
	Demonstração da necessidade, considerando-se:
	a) Crescimento demográfico e dinâmica urbanística do município e do aglomerado urbano, incluindo a 2ª residência, no contexto do sistema urbano, sustentado numa avaliação do grau de concretização dos PMOT em vigor, com base na execução física e nos compromissos.
	b) Necessidade de novas áreas para actividades económicas.
	c) Disponibilidade de áreas para reconversão e reabilitação de áreas urbanas existentes com usos urbanos obsoletos ou degradadas e possibilidade de preenchimento de vazios urbanos.
	Dimensionamento dos espaços de urbanização programada em função das necessidades demonstradas e da seguinte forma:
	a) Admitir a expansão dos perímetros urbanos existentes apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanizadas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana).
	b) Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, contabilizando o somatório das áreas urbanas ainda livres do perímetro urbano existente e as novas áreas de expansão.
	c) Os limiares máximos da expansão dos perímetros urbanos podem ser aferidos para o total do concelho.
	Não afectação de áreas de valores e recursos naturais fundamentais e de áreas de risco, salvo situações excepcionais, quando demonstrada a necessidade e inexistência de alternativas de localização e comprovada a salvaguarda de pessoas e bens.
	Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, nas seguintes situações:
	Reconfiguração de perímetros urbanos;
	Quando se verifique a sua dimensão excessiva face ao estabelecido nas normas anteriores;
	Quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar a aglomerados rurais ou áreas afectas a outras tipologias de povoamento em solo rural;
	Qualificar o solo urbano de acordo com os critérios constantes do anexo II do PROT;

Qualificação do solo rural	Qualificar o solo rural de acordo com os critérios constantes do quadro em anexo II e tendo em consideração as seguintes directrizes:
	Proibir a edificação dispersa, concentrando esse tipo de procura em espaços urbanos de baixa densidade, aglomerados rurais e outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e orientando-a simultaneamente para a reabilitação do património edificado já existente.
	Condicionar a nova edificação isolada para fins habitacionais dos agricultores ou construções de suporte a actividades económicas associadas à valorização dos recursos naturais e paisagísticos, a uma área mínima da parcela a definir em função de critérios de contenção da fragmentação da propriedade, tendo por referência a área média dos prédios e aos seguintes requisitos:
	<p>a) Interditar a construção de novos edifícios nas áreas naturais e florestais de particular interesse para a conservação e nas áreas florestais com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, com excepção das ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais e de pequenas infra-estruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal e ao usufruto daqueles espaços por parte da população, bem como das infra-estruturas afectas à Defesa Nacional.</p> <p>b) Interditar a construção de novas edificações nas áreas de várzea e de lezíria, bem como nas áreas de aproveitamento hidroagrícola, com excepção daquelas que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola e desde que não exista alternativa de localização fora dessas áreas, a comprovar por declaração emitida pela entidade competente.</p> <p>c) Proibir a edificação isolada para fins de habitacionais em solo rural, excepto para residência própria e permanente dos agricultores e desde que verificados cumulativamente os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O requerente seja agricultor e dirigente da exploração agrícola onde pretende localizar a habitação - Não exista qualquer outra habitação no interior da mesma exploração nem alternativas de localização para a habitação do agricultor - A verificação dos dois requisitos anteriores seja comprovada por declaração do requerente e confirmada por declarações passadas pelos serviços públicos competentes - A uma área mínima do prédio a definir em PDM, não inferior a 4 hectares - A exploração agrícola, bem como a edificação, deverão ser inalienáveis durante o prazo de 10 anos subsequentes à construção, salvo por dívidas relacionadas com a aquisição da exploração e de que esta seja garantia, ou por dívidas fiscais, devendo esse ónus constar do registo predial da habitação. <p>d) Condicionar as construções de apoio às actividades agrícolas, pecuárias e florestais a uma área de implantação máxima por unidade mínima de cultura ou a índices máximos de ocupação do solo, bem como à</p>

	<p>comprovação da sua necessidade pelos serviços sectoriais competentes.</p> <p>e) Restringir a instalação de novos estabelecimentos industriais a casos excepcionais, desde que devidamente comprovado pela entidade competente que a localização da actividade industrial junto das matérias-primas é imprescindível ou que, por razões técnicas, haja inconvenientes na sua instalação em zonas industriais.</p> <p>f) Admitir as edificações enquadradas nas tipologias legais do Turismo em Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação e Turismo da Natureza, bem como hotéis isolados de categoria não inferior a 3 estrelas, desde que contribuam para a valorização económica e ambiental que garantam a qualidade arquitectónica e a correcta inserção territorial e paisagística da área respectiva e que estejam associados a temáticas tais como turismo de saúde, de desporto, cinegético, da natureza, turismo social, educativo e cultural, entre outras.</p>
	<p>Identificar as edificações existentes em espaço rural não licenciadas onde funcionam actividades económicas industriais e agropecuárias e ponderar mecanismos que permitam a sua realocação ou legalização tendo por base os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Viabilidade económica e importância para a economia local; b) Adequabilidade da sua localização; c) Serviços em infra-estruturas e acessos.
	<p>Definir os parâmetros urbanísticos a aplicar às operações de construção e às de reconstrução, reabilitação e ampliação das construções existentes de acordo com os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Garantir um adequado enquadramento paisagístico e arquitectónico e a preservação e valorização dos valores ambientais; b) Não aumentar o eixo vertical do edificado, preexistente; c) Contrariar a proliferação das redes públicas, recorrendo a sistemas independentes e ambientalmente sustentáveis onde não existam redes previamente construídas.

Definição da Estrutura Ecológica Municipal e Urbana	Identificar as áreas fundamentais a integrar na estrutura ecológica municipal e urbana de acordo com os seguintes critérios:
	Transposição da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental para a escala municipal nos termos do definido nas normas específicas do sector;
	Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural;
	Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valor natural e cultural e as áreas de protecção a infra-estruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana.

5.6 PLANO DE ACÇÃO ESTRATÉGICA DO MÉDIO TEJO

A Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT) está a preparar O *Plano de Acção Estratégica para o período 2007-2013* que pretende programar a intervenção dos seus municípios no próximo período de programação das políticas públicas co-financiadas pelos fundos estruturais. Este Plano desenvolve uma abordagem de carácter inter-municipal que reflecte as prioridades de orientação dos financiamentos de equipamentos e infra-estruturas que vão ser enquadrados pelas novas Intervenções Operacionais. Nesta perspectiva afigura-se vantajoso dispor de orientações de investimento de infra-estruturas e de equipamentos e conduzir a negociação institucional, quer seja no quadro da AMMT, quer junto das tutelas sectoriais respectivas, com vista à sua melhor localização na sub-região, potenciando as relações de utilização e mobilidade daí resultantes.

6. SISTEMA INSTITUCIONAL

6.1 AS ENTIDADES COM JURISDIÇÃO NO TERRITÓRIO

As entidades que exercem poderes sobre zonas do território sujeitas a restrições de utilidade pública e que administram áreas de jurisdição especial, no concelho de Vila Nova da Barquinha são:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- ARH Tejo, Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Direcção -Geral de Infra -estruturas do Ministério da Defesa;
- Direcção -Geral dos Recursos Florestais;
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia e Inovação;
- IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
- REFER — Rede Ferroviária Nacional, EPE;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Estradas de Portugal;

6.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Na Planta de Condicionantes do PDM de Vila Nova da Barquinha em vigor, são representadas as servidões e restrições de utilidade pública que constituem limitações ou impedimentos a qualquer forma de utilização. Os regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicam-se cumulativamente com o regime de uso do solo definido no plano.

Estão identificadas as seguintes servidões e restrições para o concelho de Vila Nova da Barquinha:

Recursos Naturais	Domínio Público Hídrico Reserva Agrícola Nacional Reserva Ecológica Nacional Áreas Ardidas
Património Edificado	Imóveis Classificados
Equipamentos	Condicionantes Militares e Aeronáuticas (Defesa Nacional)
Infra-estruturas	Abastecimento de Água Drenagem e Tratamento de Esgotos Rede Eléctrica Gasoduto Rede Viária Marcos geodésicos
Actividades perigosas	Fábrica de explosivos

BIBLIOGRAFIA

Direcção–Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
(2009) Guia para a revisão de PDM; Versão de Trabalho; Lisboa.

Direcção–Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano,
Servidões e Restrições de Utilidade Pública, 4ª edição , Lisboa, 2005

Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico. Região Centro, 2001

Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População,
2001

NATURAUTA, Lda. e ARQUIAMBIENTE, Lda. (2007) Fundamentos e Termos
de Referência para a Revisão do PDM de Vila Nova da Barquinha; Câmara
Municipal de Vila Nova da Barquinha; Vila Nova da Barquinha.

SITES:

www.cm-vnbarquinha.pt

www.ine.pt

www.territorioportugal.pt/pnpot/

www.mediotejodigital.pt

